

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Banco Central é o órgão que divulga o Boletim Focus

Mercado reduz previsão da inflação para 4,43% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,45% para 4,43% este ano. A estimativa foi publicada no boletim Focus de segunda-feira (1º), divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,18% para 4,17%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

0,09%	4,68%
A redução na conta de luz puxou a inflação para baixo e fez o IPCA fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação foi de 0,56%.	Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a Selic, definida pelo Copom em 15% ao ano.



Abaixo-assinado do IFGT está disponível na internet

PL visa impedir perda de mais R\$ 30 bi aos trabalhadores

O Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador propõe Projeto de Lei para impedir perda de mais R\$ 30 bilhões aos trabalhadores. A proposta, encaminhada ao Senado e à Câmara, busca garantir que multas e juros por atraso no depósito do Fundo de Garantia sejam destinados ao empregado prejudicado, e não revertidos ao gover-

100% da multa

A sugestão altera a Lei 8.036/1990 do FGTS para que 100% da multa e dos juros de mora sejam destinados ao trabalhador prejudicado. O instituto lançou a campanha nacional com coleta de assinaturas online no link www.abaixoassinado.org.br até 15 de dezembro.

Distribuição

Desde 2016, ano em que começou a distribuição de resultados, os trabalhadores com depósitos em atraso já perderam pelo menos R\$ 9 bilhões dessa participação nos lucros. Pela lei, as empresas não têm que pagar ao trabalhador essas perdas. O prejuízo chega a R\$ 36 bi.

R\$ 27 bilhões

De 2001 a 2024, o FGTS arrecadou R\$ 27 bilhões em multas e juros sobre depósitos realizados em atraso. Esse dinheiro, que deveria indenizar o trabalhador lesado, foi todo para a conta Patrimônio Líquido do FGTS, que pela lei pertence ao governo federal.

Defesa

Diante dessa distorção histórica, o IFGT defende que o empregador seja obrigado também a pagar a distribuição de resultados que o trabalhador deixou de receber devido ao saldo menor no período sem depósito, tudo corrigido com multa e juros.

Lula: isenção do IR injetará R\$ 28 bilhões na economia

Especialistas avaliam que medida pode ser eficaz para a economia

Por Martha Imenes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na noite deste domingo (30), que a desigualdade do Brasil é a menor da história. Em cadeia de rádio e televisão, ele falou à população sobre a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento da taxaço para altas rendas. Ambas medidas valerão a partir de janeiro. A sanção ocorreu na última quarta-feira (26), em Brasília. Mas, serão injetados R\$ 28 mihões na economia mesmo? Especialistas veem número com cautela, mas avaliam que a medida pode ser eficaz para fazer o dinheiro girar na economia.

O especialista em finanças e professor do Ibmecc Brasília, Marcos Sarmiento Melo, explica que pode parecer contraditório o governo isentar de pagamento de Imposto de Renda para uma parcela grande da população e ainda assim esperar maior movimentação de dinheiro na economia, mas há sua lógica.

“O Estado institui tributos para custear os serviços públicos que em princípio o setor privado não pode suprir, como justiça, segurana pública e outros. Quando o Estado reduz o volume de dinheiro obtido pela cobrança de impostos, esse dinheiro é usado pela população da forma que lhe aprouver.



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante pronunciamento

Há uma máxima em economia que diz ser o indivíduo quem toma a decisão mais adequada para geração de riqueza ao usar os recursos”, comenta.

Segundo ele, parte-se do pressuposto de que as pessoas tomam as melhores decisões de gastos e não o governo. Se parte do dinheiro deixa de ir ao governo e fica nas mãos do público, tende a se observar uma maior geração de riqueza ao longo do tempo. Por outro lado, diz o professor, a isenção de Imposto de Renda para re-

muneração até R\$ 5 mil e proporcional na faixa entre R\$ 5 mil e R\$ 7,35 mil é apenas um dos lados da medida.

Ele aponta que em relação a remuneração acima de R\$ 50 mil mensais, que terá alíquota maior de Imposto de Renda, “o que se espera é que a maior arrecadação correspondente às maiores rendas compense a renúncia de arrecadação daqueles com menor renda”, diz o professor.

Já o economista e também professor do Ibmecc pontua

que “a injeção de recursos na economia visa, principalmente, o consumo e a quitação de dívidas. Além disso, representa uma correção histórica, pois implica na atualização de uma tabela que não era corrigida há alguns anos”.

A recuperação desses recursos pelo governo se dá, em parte, por meio do consumo, diz Braga. “As despesas das pessoas geram tributos sobre os produtos e serviços, através da tributação das pessoas com maior renda”.

Programas sociais do governo

Em sua fala, de aproximadamente seis minutos, o presidente Lula também citou a criação dos programas Pé-de-Meia, Luz do Povo e Gás do Povo, dentre outras medidas tomadas pelo seu governo.

“Graças a essas e outras políticas, a desigualdade no Brasil é hoje a menor da história. Mesmo assim, o Brasil continua a ser um dos países mais desiguais do mundo. O 1% mais rico acumula 63% da riqueza do país, enquanto a metade mais pobre da população detém apenas 2% da riqueza”, disse.

“A mudança no Imposto de Renda é um passo decisivo para mudar essa realidade, mas é apenas o primeiro. Queremos que a população brasileira tenha direito à riqueza que produz, com o suor do seu trabalho. Seguiremos firmes combatendo os privilégios de poucos, para defender os direitos e as oportunidades de muitos”, completou.

Economia

Lula mostrou cálculos para que os beneficiados pela medida tenham uma noção mais real de quanto poderão economizar ao não pagar mais Imposto de Renda. “Com zero de imposto de renda, uma pessoa com salário de 4800 pode fazer uma economia de 4 mil em um ano. É quase um décimo quarto salário”.

Lula lembrou que a compensação para os cofres do Estado virá sobre a taxaço dos super-ricos, de pessoas que ganham “vinte, cem vezes mais do que 99% do povo brasileiro”. Serão 140 mil super-ricos incluídos na cobrança de 10% de imposto sobre a renda.

Segundo ele, o dinheiro extra nas mãos dos beneficiados deve injetar R\$ 28 bilhões na economia.

Tabela do IR

A nova lei não faz, entretanto, uma correção da tabela do

IR. A novidade é apenas a aplicação da isenção e descontos para essas novas faixas de renda. Então, quem ganha mais de R\$ 7.350 continuará pagando 27,5% de Imposto de Renda.

Uma eventual correção de toda a tabela custaria mais de R\$ 100 bilhões por ano, segundo cálculos do governo.

Desde 2023, o governo tem garantido a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos, mas isso só beneficia a faixa inferior da tabela. No total, a tabela tem cinco alíquotas: de zero, 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%.

Mais ricos

Para compensar a perda de arrecadação, o texto prevê uma alíquota extra progressiva de até 10% para aqueles que recebem mais de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), cerca de 140 mil contribuintes. Para quem já paga 10% ou mais, não

muda nada.

Hoje, contribuintes pessoas físicas de alta renda recolhem, em média, uma alíquota efetiva de 2,5% de IR sobre seus rendimentos totais, incluindo distribuição de lucros e dividendos. Enquanto isso, trabalhadores em geral pagam, em média, 9% a 11% de IR sobre seus ganhos.

Alguns tipos de rendimentos não entram nessa conta, como ganhos de capital, heranças, doações, rendimentos recebidos acumuladamente, além de aplicações isentas, poupança, aposentadorias por moléstia grave e indenizações. A lei também define limites para evitar que a soma dos impostos pagos pela empresa e pelo contribuinte ultrapasse percentuais fixados para empresas financeiras e não financeiras. Caso isso ocorra, haverá restituição na declaração anual.

R\$ 501,4 milhões para Cidades

O Ministério das Cidades será a única pasta do governo federal a ter recursos liberados, no valor de R\$ 501,4 milhões, após a redução do volume de recursos congelados no Orçamento de 2025, conforme detalhamento divulgado na sexta-feira (28) pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. As emendas parlamentares terão reforço de R\$ 149,3 milhões.

A liberação dos recursos consta de decreto publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União. Esse decreto prevê a redução de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 7,7 bilhões do total de recursos congelados no Orçamento, divulgada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento no último dia 21.

Em tese, o volume de recursos liberados corresponderia



Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho

a R\$ 4,4 bilhões. No entanto, como o governo cancelou R\$ 3,84 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios) desde setembro para cobrir

gastos obrigatórios, o total efetivamente liberado, ao somar as emendas parlamentares e a verba do Ministério das Cidades, cai para R\$ 650,7 milhões.

Bloqueios e contingenciamentos

Atualmente, o Orçamento de 2025 tem R\$ 4,4 bilhões bloqueados e R\$ 3,3 bilhões foram contingenciados. O bloqueio é adotado quando os gastos previstos superam o limite imposto pelo arcabouço fiscal. Já o contingenciamento é aplicado quando há frustração de receitas e risco de descumprimento da meta fiscal.

No caso do contingenciamento, o valor passou de zero em setembro para R\$ 3,3 bilhões em novembro porque o Tesouro Nacional terá de cobrir o déficit dos Correios.

Para cumprir o limite inferior da meta do arcabouço fiscal, que prevê déficit primário de R\$ 31 bilhões, o governo teve de contingenciar R\$ 3,3 bilhões.